

**PROJETO: REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO
DO DIÁLOGO SOCIAL**

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO –
SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DOS PILOTOS**

Brasília, 24, 25 e 26 de Novembro de 2010

Convênio ATN/ME – 11684-BR

Novembro de 2010

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DO EVENTO/OFICINA	3
PROGRAMAÇÃO	4
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	5
ABERTURA	8
APRESENTAÇÃO DO PROJETO E RELATOS DOS PILOTOS	9
MESAS REDONDAS	11
AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2010	16
AVALIAÇÃO FINAL E ENCERRAMENTO (DIAS 24 E 25)	20
ORGANIZAÇÃO INTERNA (DIA 26)	21
ANEXO 1- FOTOS DO SEMINÁRIO	25
ANEXO 2- APRESENTAÇÕES	27
ANEXO 3- LISTA DE PRESENÇA	71

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar o Seminário de Integração dos Pilotos do Projeto: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, realizado nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2010, em Brasília- DF, que contou com a participação de representantes de entidades governamentais da esfera federal, estadual e municipal, entidades parceiras (nacionais e internacionais) e entidades sindicais de trabalhadores e patronais dos pilotos selecionados: Comércio em Porto Alegre/RS, Construção Civil em Curitiba/PR, Setor Rural na Agricultura Familiar em Ituporanga/SC e Confeccões no Agreste Pernambucano.

Nos dias 24 e 25 foram constituídas, com os atores sociais dos pilotos e convidados, mesas redondas para apresentações e debates em torno dos temas: trabalho desprotegido (rural e urbano), fiscalização e qualificação profissional. As atividades do seminário voltaram-se, ainda, para a integração dos pilotos do projeto, por meio de trabalhos em grupos e exposições das alternativas locais para o enfrentamento da informalidade em cada setor, bem como a construção de um plano de ação para o ano de 2011.

O dia 26 foi dedicado aos técnicos do DIEESE e integrantes do Comitê Técnico, para a discussão conceitual e para a organização interna voltada à execução e monitoramento do projeto nos próximos dois anos.

DESCRIÇÃO DO EVENTO/SEMINÁRIO

Tipo de Atividade: Seminário

- Nome: “Seminário de Integração dos Pilotos do Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”.
- Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro - Brasília – DF
(SHDB QL 32, conjunto A, EPDB, Lago Sul, Brasília)
- Data: **24, 25 e 26 de novembro de 2010**

PROGRAMAÇÃO

1º DIA- 24.11.2010

09h00 – Abertura

10h30 – Café

10h45 – Apresentação geral do desenho do projeto

11h10 – Relatos dos Projetos Pilotos (5 Arranjos Produtivos Locais)

12h00 – Almoço

14h00 – 1ª Mesa redonda:

Trabalho desprotegido: rural e urbano (setor rural, construção civil e comércio).

Debate

16h00- Café

16h15- 2ª Mesa redonda:

Fiscalização.

Debate

17h50- Momento de Integração entre os pilotos

2º DIA – 25.11.2010

09h00- Mesas redondas (continuação): 3ª Mesa redonda:

Qualificação profissional.

10h30 – Café

10h45- Debate

12h00- Almoço

14h00- Grupos: Painel com apresentação dos grupos e debate: Quais são os gargalos e as alternativas para o enfrentamento? (Setor de comércio, rural, confecções e construção civil).

16h00- Café

16h15- Próximos passos do projeto: sistematização e encaminhamentos. Avaliação final e encerramento.

3º DIA – 26.11.2010

09h00 – Apresentação do DIEESE: Pesquisas domiciliares PNAD/IBGE e PED/DIEESE-SEADE: conceitos e dados sobre trabalho formal e informal

11h00 – Debate

14h00 – Definição da Linha de Base e Monitoramento das Metas de Formalização nos Pilotos.

15h00 - Política de Comunicação do Projeto

16h00 – Apresentação do site e blog do projeto/treinamento

17h30 – Encerramento

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

NOME	INSTITUIÇÃO
Adelaide Sousa	INSS
Alceu Montibeller	STR de Ituporanga/SC
Aloiso Hintemann	Agricultura familiar - Ituporanga/SC
André Luiz Fialho Blos	SEBRAE/RS
Angela Schwengber	DIEESE
Angelita Goedert Oliveira	Câmara dos Vereadores de Ituporanga/SC
Armando Moreira	Prefeitura/ Agência Curitiba de Desenv.-PR
Antônio Ibarra	DIEESE
Aurora Flora Duarte	Sindicato das Costureiras-PE
Brenda Carvalho	SMIC/POA
Carolina Veríssimo Barbieri	MPS/SPS
Celi Audi	DIEESE
Clayton Maciel	FBB
Clemente Ganz Lúcio	DIEESE
Daniela Barea Sandi	DIEESE
Dayana Peixoto	CNA
Edson Braz da Silva	MPT

Erich Veloso de Araújo	Prefeitura de Caruaru-PE
Euclésio Manoel Finatti	SINDUSCON-PR
Fátima Valéria F. de Souza	MDS
Fausto Augusto Júnior	DIEESE
Floriano Martins	ANFIP
Fernando Rodrigues	MPS/SPS
Francisco das Chagas	CTB/DF
Francisco Oliveira	DIEESE
Geni Marques	DIEESE
George Antônio Gomes Leal	CNTV/CUT
Gilson Paiva	Secretaria de Desenv. Econômico - PE
Ismael Gilio	BID
Jackeline Teixeira Natal	DIEESE
Janete Pereira da Silva	UGT
Janine Berg	OIT
Joãozinho Althof	FETAESC
Joilton Cardoso	CTB
Jorge César Costa	ANFIP
José Aduino Filgueiras	MPS
José Alexandre dos Santos	Sindicato dos Trab. na Construção Civil de Curitiba - CUT/PR
José Artur Aguiar	UGT
José Mandu de Amorim	Federação dos Trabalhadores Têxteis/PE
Juliano Musse	ANFIP

Júnior Cesar Dias	DIEESE
Kleber Barbosa da Silva	ACIT- Toritama/PE
Laender Valério Batista	DIEESE
Leila Brito	DIEESE
Lenina Formaggi	DIEESE
Leonardo Schreiner	FECOMÉRCIO
Luana Taís G. Santos	ACIPA
Luismar Ribeiro	CONTAG
Manoel Eugênio G. Oliveira	MTE/SPPE
Mansueto de Almeida	IPEA
Marcos Antonio de Souza Dias	SMTE Curitiba- PR
Marcos Tresmondi	CUT
Maria Helena Oliveira	CTPE- RS
Mariana G. Bento	CUT
Milena Prado	DIEESE
Nieliton Martins da Silva	Prefeitura de Toritama-PE
Paulo Jager	DIEESE
Quintino Marques Severo	CUT
Rafael Ernesto	CNI
Ricardo Franzoi	DIEESE
Rogério Nagamine Constanzi	GM/MPS
Ronaldo Sielichow	FECOMERCIO/RS
Rosane de Almeida Maia	DIEESE
Rossana M. Salsano	CNI

Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
Sandro Pereira	IPEA
Sebastião Rosa	STR de Ituporanga
Sirlei M. Oliveira	DIEESE
Stênia Cássia Pereira	DIEESE
Sonia da Costa	MEC
Valdir Santos de Lima	Força Sindical
Vera Jatobá	MTE/SRTE-PE
Verônica Ribeiro	SDEC de Pernambuco
Vilmar Vandresen	Prefeitura de Ituporanga/SC

Dia 24.11.2010 - ABERTURA

A mesa de abertura do Seminário foi composta pelos representantes: Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do DIEESE; Fernando Rodrigues, Secretário da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; Manoel Eugênio Oliveira, Assessor da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Ismael Gílio, especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Janine Berg, especialista da Organização Internacional do Trabalho- OIT; Jorge César Costa, Presidente da ANFIP; Joilson Cardoso, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil- CTB; Marcos Tresmondi, representante da Central Única dos Trabalhadores- CUT; Ruth Monteiro, representante da Força Sindical e José Artur Aguiar, representante da União Geral dos Trabalhadores- UGT.

Clemente Ganz Lúcio saudou os participantes do seminário, organizado pelo DIEESE, destacando a importância do envolvimento dos atores locais e dos parceiros nacionais. Apresentou os objetivos a serem alcançados com as atividades do seminário e, em seguida, passou a palavra aos demais integrantes da mesa, que expuseram as diversas visões acerca do tema informalidade, a importância do diálogo social para a

construção de ações que possibilitem o enfrentamento do problema e o interesse de suas respectivas instituições no acompanhamento do projeto.

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO “REDUÇÃO DA INFORMALIDADE POR MEIO DO DIÁLOGO SOCIAL”

A coordenadora geral do projeto, Rosane Maia, apresentou uma síntese do desenho e principais componentes previstas do convênio entre o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); as parcerias e convênios de cooperação firmados; o modelo de intervenção sobre a realidade proposto; as atividades realizadas ao longo de 2010 em cada piloto selecionado e, por fim, os objetivos e metas a serem alcançadas (ver a apresentação no anexo da versão depositada no site www.dieese.org.br).

RELATOS DOS PILOTOS

Foram enumeradas as atividades desenvolvidas em cada piloto no ano de 2009 e 2010, seja: reunião de sensibilização dos atores sociais, oficina de trabalho e/ou seminário temático com o objetivo de produzir, de forma participativa e negociada, a respectiva “Matriz de Demandas para a Formalização” e o “Plano de Ação” para o enfrentamento da informalidade no âmbito do projeto. Assim, as redes locais foram constituídas e representadas, no seminário de integração, pelos seguintes atores:

a) Piloto de Comércio em Porto Alegre/RS

Daniela Sandi – DIEESE Coordenadora da Rede Local
Ricardo Franzoi – DIEESE Supervisor do Escritório Regional do RS
Maria Helena Oliveira – SEMAPI/POA
Valdir Santos de Lima – SINDEC/POA
Leonardo Ely Schreiner – FECOMÉRCIO/RS
Ronaldo Netto Sielichow – FECOMÉRCIO/RS
André Luiz Fialho Blos – SEBRAE/RS
Brenda Carvalho – SMIC do Governo Municipal de Porto Alegre
Luiz Herberto Muller – SRTE/RS

b) Piloto de Confeccões no Agreste Pernambucano/PE

Milena Prado – DIEESE Coordenadora da Rede Local
Jackeline Natal Teixeira – DIEESE Supervisora do Escritório Regional de PE
José de Amorim Mandu – Federação dos Trabalhadores Têxteis do Nordeste
George Antônio Gomes Leal – CNTV/CUT
Aurora Flora Duarte – Sindicato das Costureiras de Caruaru/PE
Bruno Bezerra de Souza Pereira – ASCAP/PE
Kleber Barbosa – ACIT/PE
Luana Taís G. Santos – ACIPA/PE
Gilson Paiva – Prefeitura de Caruaru/PE
Erich Veloso de Araújo – Prefeitura de Caruaru/PE
Nieliton Martins da Silva – Prefeitura de Toritama/PE
Verônica Cristina M. Ribeiro – Secretaria do Desenvol. Econ. de Pernambuco
Vera Lúcia A. Jatobá – SRTE/PE

c) Piloto da Construção Civil em Curitiba/PR

Lenina Formaggi – DIEESE Coordenadora da Rede Local
José Alexandre dos Santos – SINTRACON de Curitiba
Euclésio Manoel Finatti – SINDUSCON/PR
Armando Moreira Filho – Agência Curitiba de Desenvolvimento – Governo Municipal
Marco Antônio de Souza Dias – SMTE – Governo Municipal

d) Piloto Rural em Ituporanga/SC

Júnior César Dias – DIEESE Coordenador da Rede Rural
Leila Britto – DIEESE Supervisora do Escritório Regional de Goiás
Luismar Ribeiro – CONTAG
Joãozinho Althoff – FETAESC
Sebastião Rosa – STR de Ituporanga
Alceu Montibeller – STR de Ituporanga
Aloisio Hintermann – Agricultor familiar de Ituporanga
Angelita Goudert Oliveira – Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga
Vilmar Vandresen – Secretaria Municipal da Agricultura de Ituporanga

1ª MESA REDONDA - TRABALHO DESPROTEGIDO: RURAL E URBANO

Coordenador: Ruth Coelho Monteiro – Força Sindical

Expositores:

- Fausto Augusto Júnior – Subseção do DIEESE no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC
- Luismar Ribeiro – Assessor da Secretaria de Assalariados da CONTAG
- Rogério Nagamine Constanzi – Assessor Especial do Ministro da Previdência Social

Debatedor: Renan Oliveira – Receita Federal do Brasil

Temas abordados: especificidades do setor da construção civil; Grupo de Trabalho criado em 2007, no âmbito da Casa Civil, para apresentar propostas de formalização nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC; registro em carteira dos trabalhadores nas pequenas obras em localidades urbanas; déficit da fiscalização do trabalho; o trabalhador e o desconhecimento dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; proposta de criação de um sistema articulado de informações para facilitar o acesso à localização das pequenas obras (cadastro nacional de obras); NIT vinculado à obra; criação de sobretaxa para a aferição indireta; alvará para obras; simplificação burocrática (GFIP; RAIS etc); problemas do setor rural, em especial da agricultura familiar, devido à burocratização para o recolhimento das contribuições previdenciárias; a importância da Lei 11.718/2008 para formalização de 4,8 milhões de trabalhadores no setor rural; especificidades da agricultura familiar; simplificação de processos para GPS e GFIP; panorama da proteção social da população ocupada em 2009; evolução da cobertura social desde a década de 1990; medidas de ampliação da proteção social, como a Lei nº 11.324 para os trabalhadores domésticos; o Plano Simplificado e o Micro Empreendedor Individual (MEI); vendedor de porta em porta: 2 milhões de ocupados; informação da Receita Federal sobre as empresas que estão contribuindo para a previdência; identificação das ocupações típicas de conta-própria; desafios do MEI para avançar na simplificação (ver as apresentações no anexo da versão depositada no site www.dieese.org.br).

2ª MESA REDONDA- FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Floriano Martins - ANFIP

Expositores:

- Celso Amorim Araújo - Chefe da Divisão de Apoio à Fiscalização da Coordenação-Geral de Fiscalização do Trabalho do Departamento de Fiscalização do Trabalho do MTE
- Mansueto de Almeida - economista do IPEA
- Euclésio Manoel Fenatti – Vice-Presidente de Área de Política e Relações do Trabalho – SINDUSCON/PR

Debatedor: Edson Braz da Silva – Subprocurador do Trabalho - MPT

Temas abordados: definição de trabalhador formal, autônomo e empregado para o Ministério do Trabalho e Emprego; atribuições da fiscalização do trabalho; fraudes trabalhistas: cooperativas fraudulentas e terceirizações; trabalho avulso; encargos trabalhistas sobre folha de pagamentos; valores das multas; insuficiência do contingente de fiscais do trabalho; comitês locais de incentivo à formalização – a experiência do Paraná; novas tecnologias da informação e as perspectivas da fiscalização e do controle social sobre a atividade econômica; conscientização e educação de base; avanço da cidadania: realizar campanha nacional de formalização; abrir espaço de negociação para ampliar a formalização; Modelo da Embrapa – “olhar o todo”; a experiência do setor de confecções no agreste pernambucano; medidas draconianas de fiscalização e seus impactos; como elevar a produtividade das pequenas e médias empresas; como tornar a economia mais produtiva por meio do apoio técnico e do crédito; a importância do diálogo social (ver as apresentações no anexo da versão depositada no site www.dieese.org.br).

Dia 25.11.2010

Manhã

MOMENTO DE INTEGRAÇÃO: “APRESENTAÇÃO DO PILOTO CONFECÇÕES AGRESTE PERNAMBUCANO”

O segundo dia do seminário iniciou-se com a exposição da representante do pólo de confecções no Agreste Pernambucano, Luana Santos, da Associação Comercial e Empresarial de Pão de Açúcar – ACIPA, que apresentou fotografias dos locais de produção e distribuição para conhecimento da realidade dos trabalhadores e empreendedores da região. Foi relatado o movimento de conscientização dos agentes econômicos, realizado por meio de visitas aos locais de produção – estabelecimentos, moradias, oficinas, dentre outros - para esclarecer os pequenos empresários e empreendedores sobre os benefícios e os meios de formalização. Destacou-se, ainda, que essa iniciativa incentivou o registro formal de 150 trabalhadores no período de cinco meses, no Distrito de Pão Açúcar, localizado em Taquaritinga do Norte/PE.

Em seguida, Verônica Ribeiro, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, apresentou o diagnóstico sobre a cadeia produtiva têxtil e confecção e as políticas públicas do Governo Estadual direcionadas para esse território, notadamente o plano estratégico da secretaria, o qual priorizou projetos para a formação de *designers*, criação do centro de estudos competitivos e disponibilização de uma unidade móvel especificamente voltada para a facilitação da documentação e formalização dos cidadãos.

3ª MESA REDONDA- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenador: Quintino Severo - CUT

Expositores:

- Fátima Valéria F. de Souza - Assessora Técnica da Secretaria Institucional e Parcerias (SAIP) do Ministério do Desenvolvimento Social
- Sônia da Costa – Coordenadora Geral de Certificação e Legislação do Ministério da Educação
- Denis Freitas – representante da Coordenação Geral de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego

Debatedor: Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do DIEESE

Temas abordados: Plano Nacional de Qualificação com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT; desafios para a educação profissional em um ambiente de crescimento econômico; como manter o emprego durante o atendimento aos cursos de qualificação; articulação das políticas e programas dos Ministérios afins (MEC, MTE e MDS); qualificação para os beneficiários do Programa Bolsa Família; estratégias de inclusão produtiva - casos patrocinados por empresas privadas e estatais; como realizar o “reforço escolar” concomitantemente com a qualificação profissional; pagamento de bolsa de estudos; certificação profissional; reconhecimento dos saberes do trabalhador; criação de um “Sistema Nacional de Qualificação”; articular a qualificação profissional com a educação de jovens e adultos e a inserção imediata no trabalho - Projeto Certific (MEC e MTE): reconhecimento dos setores, avaliação teórica e prática, escolas técnicas, cursos técnicos, sistema laboral de qualificação; articulação com Sistema S; gratuidade dos cursos; universalização do ensino médio; profissionalização; formação da juventude e perspectivas de futuro.

Questões para aprofundamento: a) hiato entre estado e sociedade – expectativas de mobilidade social e atendimento dos anseios para melhorar a qualidade de vida por meio das políticas públicas; b) necessidade de maior proximidade e agilidade do poder público no acompanhamento das demandas do setor produtivo; c) necessidade de superação das dificuldades concretas para os trabalhadores participarem dos cursos de capacitação/qualificação/formação e d) urgência de incluir no currículo escolar disciplina sobre questões trabalhistas, previdenciárias e de cidadania em geral. (Ver as apresentações no anexo da versão depositada no site www.dieese.org.br).

MOMENTO DE INTEGRAÇÃO: PILOTO SETOR RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITUPORANGA/SC

Joãozinho Althoff, representante da FETAESC relatou as ações da Federação no Estado de Santa Catarina para formalizar a relação de trabalho entre o trabalhador assalariado e pessoa física do setor rural, vale dizer, na agricultura familiar. Considerou as principais questões levantadas na região para o aperfeiçoamento dessa modalidade de contratação por curta duração, com os devidos avanços dos direitos garantidos. Nesse

âmbito, discorreu sobre a convenção coletiva em vigor no Estado e as dificuldades técnicas para a implementação da Lei 11.718/2008, dado o excesso de burocracia e a desarticulação dos sistemas de dados existentes para as contribuições previdenciárias e os cadastros administrativos dos Ministérios afins. Foi apresentado, também, o modelo especialmente desenvolvido pela empresa de software contratada (SoftArt) de registro dos contratos de trabalho e das verbas rescisórias, de forma a cumprir com os requerimentos solicitados pelo Ministério do Trabalho na região da cultura da cebola. As dificuldades remanescentes, devido à complexidade e excessiva burocratização dos processos, bem como as perspectivas favoráveis para a aplicação da Lei, estão sendo devidamente consideradas e registradas visando o aperfeiçoamento do marco regulatório e a difusão da experiência do diálogo social para a solução dos problemas reais da população afetada e para a superação da situação atual de insegurança jurídica e desproteção dos trabalhadores e dos pequenos produtores rurais.

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS – AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2011

Após os debates relativos aos temas expostos nos dois dias de seminário, os participantes dividiram-se em grupos, de acordo com os respectivos projetos piloto, para definirem as ações prioritárias, a partir da seguinte questão: Quais são os gargalos e as alternativas para o enfrentamento imediato da informalidade no Piloto?

PILOTO COMÉRCIO EM PORTO ALEGRE/RS:

PLANO DE AÇÃO - 2011

- *Marcar reuniões com a Secretaria Municipal- SMIC, SINDILOJAS, SINDEC, DRT, SEBRAE e DIEESE;*
- *Realizar uma “Plenária de Sensibilização”;*
- *Fortalecer o Plano setorial de qualificação;*
- *Definir o cronograma de execução (plano de ação 2011);*
- *Priorizar a capacitação voltada para: financiamento; capacitação de mão-de-obra e gestão;*
- *Realizar uma oficina com as entidades;*
- *Ampliar e fortalecer a rede local.*

PILOTO CONSTRUÇÃO CIVIL EM CURITIBA/PR:

PLANO DE AÇÃO PARA 2011

- *Liberação de alvará vinculado à Receita Federal do Brasil*

1ª possibilidade: portaria interna que permitisse a mudança.

2ª possibilidade: articulação política (Lei Ordinária no Congresso Nacional)

Demais ações para agir localmente:

- *Conselhos municipais e estaduais de emprego: reforçar o encaminhamento do trabalhador para a vaga.*
- *Campanha de conscientização/valorização: ação desenvolvida pelo próprio projeto no curto prazo.*
- *Retomar projeto/questionar Casa Civil sobre o desenvolvimento de software ligado às licitações de obras.*

PILOTO CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO/PE:

PLANO DE AÇÃO PARA 2011

1) Informação – campanhas de divulgação sobre a formalização – empresa/trabalhador (representações de classes):

- *Linguagem adequada*
- *Formas/mídias*
- *Responsabilidade dos três níveis de governo e sociedade*
- *Governo e sociedade*

**Recomendação: ampliar o limite do MEI*

2) Educação:

- *Formal*
- *Profissional*
- *Qualificação técnica para o trabalho (parceria público-privado)*

3) Crédito: Linhas de crédito específicas

4) Selo de qualidade sócio ambiental

5) Trabalhar as prioridades políticas para o pólo dentro e a partir dos territórios, ampliando para a formação das redes.

PILOTO SETOR RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITUPORANGA/SC:

PLANO DE AÇÃO PARA 2011

GARGALOS:

- *Vencer as barreiras da aplicação da Lei 11.718/2008*
- *Simplificação das Guias (GPS, GFIP)*
- *Melhorar compreensão sobre o funcionamento das guias e do sistema previdenciário e trabalhista como um todo*
- *Dificuldade de compreensão da contratação pela Lei 11.718 por parte dos agricultores familiares e trabalhadores*

PRIORIDADES:

- *Criar um Fórum Permanente de Acompanhamento de Aplicação da Lei 11.718;*
- *Promover cursos integrados: Previdenciário; Educação Fiscal; Contrato de trabalho e seus acessórios (Guias de recolhimento); Direito trabalhista (SRTE)*
- *MTE – fornecer cartilhas sobre trabalho migratório no âmbito do MERCOSUL*
- *Dialogar permanentemente com os dois públicos (Agricultor Familiar e Trabalhador Assalariado) sobre seus direitos e obrigações (pensar novas formas de abordagem para essa conscientização)*
- *Criar mecanismos alternativos para garantir a contratação de um contador para geração da GFIP (num primeiro momento)*
- *Realizar um seminário envolvendo os agricultores/trabalhadores com o objetivo de conscientizá-los sobre seus direitos e deveres (seminário de campo)*

AVALIAÇÃO FINAL E ENCAMINHAMENTOS

Após as apresentações dos planos e propostas dos pilotos para a execução do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” em 2011 e a sistematização das principais conclusões das discussões realizadas ao longo dos dois dias de Seminário com os atores e representantes das instituições parceiras, realizou-se uma breve avaliação sobre o desenvolvimento do projeto até o momento e sobre o evento propriamente dito. Destacou-se a importância da troca de informações propiciada pela presença dos atores sociais, a pertinência dos debates temáticos para o conhecimento das diversas visões das instituições envolvidas e o avanço no exercício de construção interinstitucional e descentralizada de políticas para o enfrentamento da informalidade, levando-se em conta sua complexidade e enraizamento na realidade econômico-social do País. Criticou-se, especificamente, a ausência de atividades de integração social para o grupo se conhecer e relacionar melhor, propondo-se que essa dimensão seja desenvolvida e realmente praticada no desdobramento do projeto.

Foi positivamente avaliada a escolha dos temas tratados nas mesas redondas e, principalmente, pontuada a relevância dos trabalhos dos grupos para a elaboração dos planos de ação para os pilotos em 2011, que indicam a convergência dos diagnósticos e buscam viabilizar de uma agenda comum no interesse da sociedade brasileira.

Por fim, definiu-se que as redes locais passarão a acompanhar e monitorar o alcance das metas intermediárias, a partir da divulgação dos planos de ações e do envio do cronograma de atividades pela Coordenação Geral do Projeto.

Dia 26.11.2010

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Manhã

A programação das atividades do terceiro dia foi direcionada para a reorganização das equipes locais de coordenação do DIEESE nos pilotos e integrantes do comitê técnico-executivo com o intuito de levantar/testar os indicadores para o alcance das metas estabelecidas no projeto e os procedimentos para o monitoramento da implantação das propostas definidas nos pilotos.

Para tanto, deu-se início a uma reflexão que se estenderá ao longo do período de duração do projeto sobre as questões conceituais concernentes à informalidade, tanto como às formas de aferição do fenômeno e as fontes de pesquisa a serem utilizadas.

Para se definir a chamada “**linha de base**” para o acompanhamento da meta de 5000 formalizações nos cinco pilotos, estabelecendo-se o “marco zero” e a metodologia de acompanhamento específica para cada localidade, o grupo recomendou o seguinte procedimento, a ser consolidado na oficina para as coordenações locais, que será realizada em março de 2011:

- 1) **Piloto Setor Rural em Ituporanga/SC** – contar cada registro realizado por meio do modelo implantado pela SoftArt na região da cultura da cebola, com base na Lei n. 11.718/2008 (nº de pessoas p/contrato). Contabilizar os dados a partir de 14 de outubro de 2010.
- 2) **Piloto Construção Civil em Curitiba/PR** – registrar os casos de formalização alcançados no âmbito do comitê de incentivo à formalização em Curitiba. Contabilizar os dados a partir de abril de 2010.
- 3) **Piloto Comércio em Porto Alegre/RS** – acompanhar a formalização dos autônomos no comércio de Porto Alegre, avaliando as possibilidades de utilização das seguintes bases de dados: informações da PED; cadastro dos ambulantes (CNPJ ou alvará) disponível na Secretaria Municipal- SMIC; informações sobre Empreendedor Individual – EI – do SEBRAE/RS. Contabilizar os dados a partir de janeiro de 2011.
- 4) **Piloto Confecção no Agreste Pernambucano** – levantar as informações disponíveis na Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco referentes

ao empreendedorismo e aos impactos da “ação volante”. Especificamente, levantar o número de trabalhadores que foram formalizados na região do agreste, a partir de maio de 2010.

Para se conhecer a situação nacional e nas regiões metropolitanas, foram convidados os técnicos do DIEESE, Antônio Ibarra e Lúcia Garcia, para apresentarem os dados disponíveis nas pesquisas domiciliares, especialmente na PNAD – Pesquisa por Amostra de Domicílios – do IBGE e a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego – do DIEESE e Fundação SEADE, de modo a organizar a discussão e dar curso à agenda de trabalhos técnicos entre as instituições participante do projeto sobre a conceituação de informalidade e a medição de sua magnitude e componentes (ver as apresentações no anexo da versão depositada no site www.dieese.org.br).

Tarde

O período da tarde enfocou a forma de comunicação levada a cabo, até o presente momento, com a sociedade e com os atores sociais das localidades selecionadas para se refletir sobre uma estratégia mais ampla de atuação das redes sociais. Nesse contexto, Geni Marques, supervisora da área de comunicação do DIEESE, apresentou a experiência da instituição e os instrumentos mais utilizados para a sua comunicação com o movimento sindical brasileiro. Abordou ainda as ferramentas que estão viabilizando o intercâmbio de informações e a própria comunicação e articulação no âmbito do projeto, a exemplo do boletim eletrônico (“Di@logar para formalizar”), do blog, do site e do folder impresso. Destacou ser necessário construir outros meios para dialogar diretamente com o trabalhador, tal como uma cartilha explicativa sobre os direitos sociais ou a produção de uma revista com o objetivo de destacar as experiências vivenciadas nos pilotos selecionados, sendo necessário captar recursos para sua viabilização.

A partir do debate sobre as questões levantadas e sobre as possibilidades de ampliar a conscientização e informação da sociedade sobre o assunto, passou-se ao exercício de elaboração conjunta do Blog (<http://www.dieese.org.br/informalidade/blog/>)

e treinamento das pessoas que estarão mais diretamente envolvidas com a animação e postagem de material técnico e notícias relativas aos pilotos.

Por fim, a supervisora de tecnologia da informação, Celi Audi, apresentou a página do DIEESE na internet e a localização das informações institucionais do Convênio DIEESE-BID (Projeto ATN/ME 11684 BR) e os demais instrumentos de cooperação técnica firmados, disponíveis para a consulta e para a construção participativa de referências de políticas e ações para o enfrentamento da informalidade.

PARTICIPANTES:

Ângela Schwengber	DIEESE
Antônio Ibarra	DIEESE
Carolina Veríssimo Barbieri	MPS/SPS
Celi Audi	DIEESE
Clemente Ganz Lúcio	DIEESE
Daniela Barea Sandi	DIEESE
Francisco Oliveira	DIEESE
Geni Marques	DIEESE
Inês Cristina Sampaio de Pinho	MTE
Jackeline Teixeira Natal	DIEESE
Janine Berg	OIT
José Adauto Filgueiras	MPS
Júnior Cesar Dias	DIEESE
Laender Valério Batista	DIEESE
Leila Britto	DIEESE

Lenina Formaggi	DIEESE
Lucia Garcia	DIEESE
Marcelo Affonso Monteiro	MTE
Marcos Tresmondi	CUT
Mariana G. Bento	CUT
Milena Prado	DIEESE
Paulo Jager	DIEESE
Ricardo Franzoi	DIEESE
Rosane de Almeida Maia	DIEESE
Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
Sirlei M. Oliveira	DIEESE
Stênia Cássia Pereira	DIEESE

ANEXO 1- FOTOS









ANEXO 2 - APRESENTAÇÕES




DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**“Redução da informalidade
por meio do diálogo
social”**

*Seminário de Integração dos Pilotos
Brasília, 24 e 25 de Novembro de 2010*

OBJETIVO



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**“Contribuir para a redução da
informalidade,
visando a construção de
redes locais, nacional e regional,
que possam dar visibilidade ao problema e
construir propostas de políticas e ações,
por meio do diálogo social.”**

REDE NACIONAL

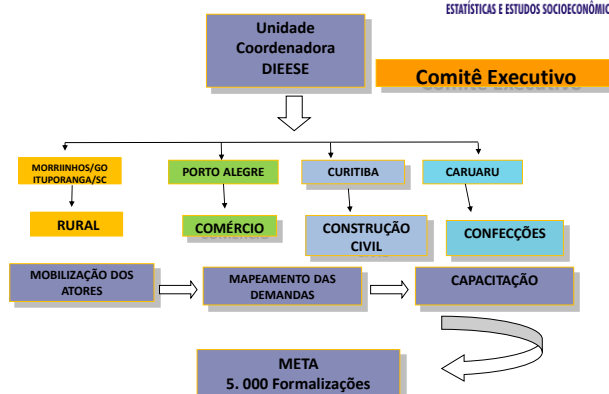


DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



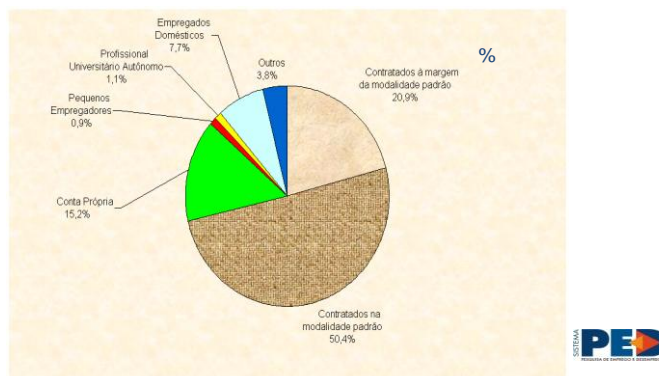


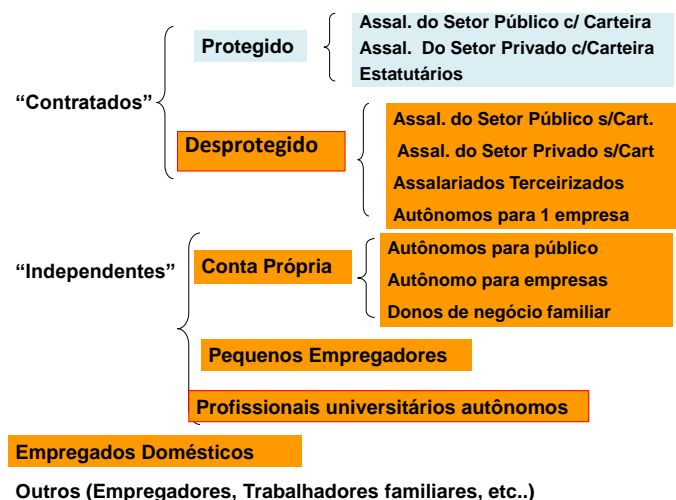
PILOTOS



Metade dos ocupados nas áreas metropolitanas está na informalidade!

Distribuição dos ocupados segundo forma de inserção
Total Metropolitano – 2008.





DIÁLOGO SOCIAL

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

“ao garantir a participação, a cooperação e a negociação, o diálogo social favorece a democracia e a participação social na definição dos rumos da sociedade”

processamento dos PROBLEMAS

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



ATIVIDADES REALIZADAS NOS PILOTOS:

PILOTOS	Nº PARTICIPANTES NAS REDES LOCAIS	ATIVIDADES REALIZADAS
COMÉRCIO – PORTO ALEGRE/RS	65 representantes de instituições locais	Oficina - novembro de 2009 Reunião - Outubro de 2010
CONSTRUÇÃO CIVIL CURITIBA/PR	51 representantes locais	Reunião - março/2010 Oficina – maio/2010
CONFECÇÕES - AGRESTE / PE	54 participantes locais	Oficina - março/2010 Oficina – maio/2010
RURAL – MORRINHOS/GO EITUPORANGA/SC	78 participantes locais	Oficina em Morrinhos – maio/10 Oficina em Ituporanga – outubro/2010

Re: Boletim versão final - para enviar

Site: C:\Users\marcelo\Desktop\boletim.html



Jun 1 - Número 61 - Junho de 2010

NESTA EDIÇÃO

- Apresentação do Projeto
- Informe de atividades realizadas
- Próximos passos

AGENDA
17/08/2010 - 13h Reunião do Comitê Técnico Nacional Local - Ministério da Previdência Social-MPS, Brasília, DF - horário: 14h00 às 17h00.

Saiba mais sobre o Projeto "Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social"

A informalidade é um grave problema no Brasil. Sua resolução requer um esforço conjunto de diferentes instituições, tanto do governo como da sociedade, visando à formação de ações e políticas coerentes e articuladas.

Integrando a esse movimento recente, o DIEESE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, assinaram um convênio em outubro de 2009, para desenvolver o Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social", mobilizando, a partir daí, os atores sociais para o levantamento e identificação de soluções para o enfrentamento da informalidade nas suas diversas manifestações.

Em decorrência, criou-se o Comitê Técnico-Executivo, com representantes de instituições interessadas em melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho e produção de um significativo número de trabalhadores, empresas e comunidades que estão na informalidade.

E com o objetivo de promover ações coordenadas que favoreçam a formalização por meio do diálogo social e da articulação de um sistema de redes de organizações locais, nacionais e regionais (os Andares Locais), foram selecionados quatro Arranjos Produtivos Locais:

- Confecção em Caruaru/PE;
- Comércio em Porto Alegre/RS;
- Construção Civil em Curitiba/PR;
- Agronegócio em Morrinhos/GO.

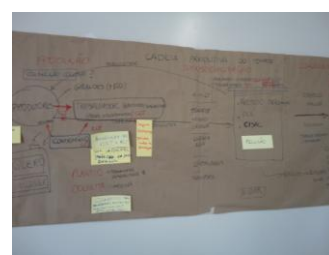
Estes pilotos foram selecionados por apresentarem uma elevada incidência de informalidade, capacidade de mobilização social e de resolução de conflitos, além da existência de cooperação interinstitucional. Pretende-se com isso oferecer essas experiências em todo o País.

1 de 4

16/08/2010 17:30











**Seminário de Integração dos Pilotos
do Projeto de Redução da
Informalidade por Meio do Diálogo
Social – O Desafio da Inclusão
Previdenciária e da Ampliação da
Proteção Social**

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2010

1

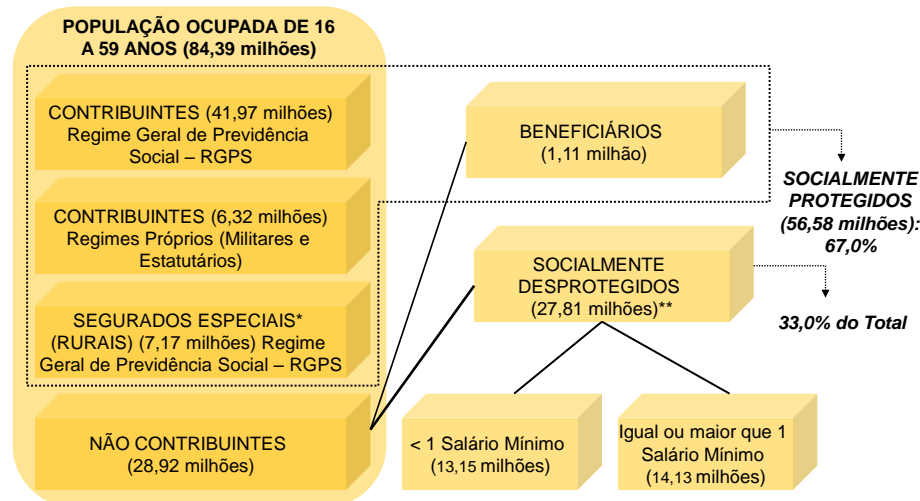


- *Grade Desafio - apesar da falta de consenso sobre conceito de informalidade e, consequentemente, seu tamanho preciso, há consenso que:*
 - a) *Elevado Nível de Informalidade;*
 - b) *Prejuízos nefastos à Proteção Social Sustentável e ao próprio Desenvolvimento Econômico e Social do País;*
- *Em função da importância da ampliação da cobertura previdenciária para o Ministério da Previdência Social o MPS assumiu, no âmbito da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, o compromisso de incrementar a Proteção Social em 20% no período de 2006-2015;*

2

PREVIDÊNCIA SOCIAL

**BRASIL: Panorama da Proteção Social da População Ocupada (entre 16 e 59 anos) – 2009 -
(Inclusive a Área Rural da Região Norte)**



Fonte: Micro dados PNAD 2009.

Elaboração: SPS/MPs.

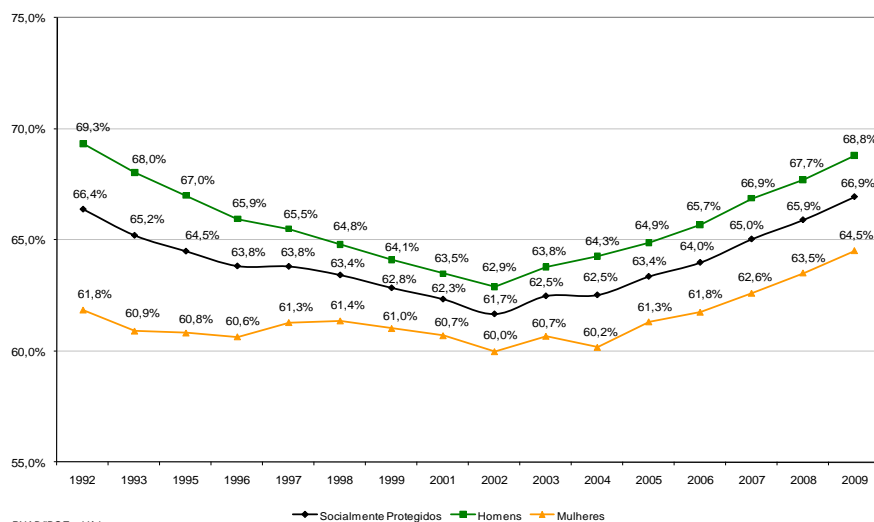
* Na PNAD essas pessoas se auto-declararam não contribuintes.

** Inclui 525.393 de desprotegidos com rendimento ignorado.

3

PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Evolução da Cobertura Social entre as Pessoas com Idade entre 16 e 59 anos, segundo Gênero –
1992 a 2009 - (Exclusive Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins)**



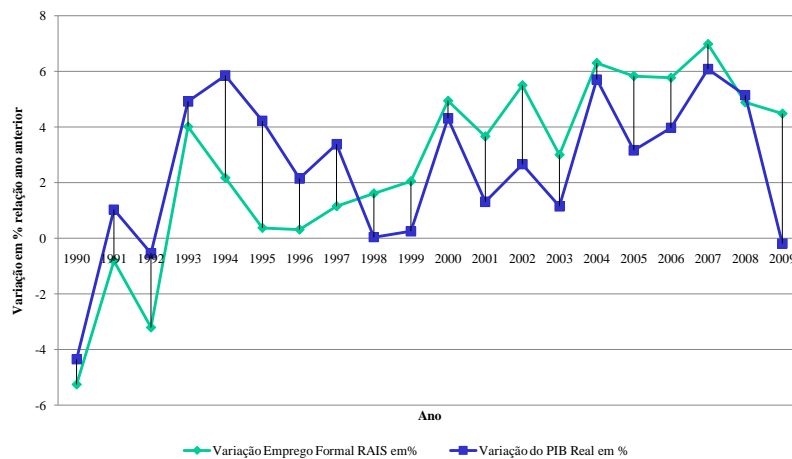
Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos.

Elaboração: SPS/MPs.

* Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda.

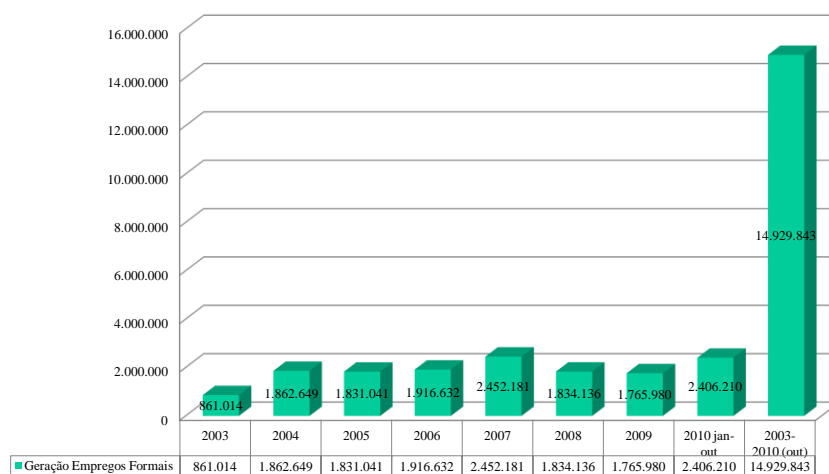
4

Variação Emprego Formal e PIB em %



5

Geração Empregos Formais RAIS 2003-2009 e CAGED jan-out2010

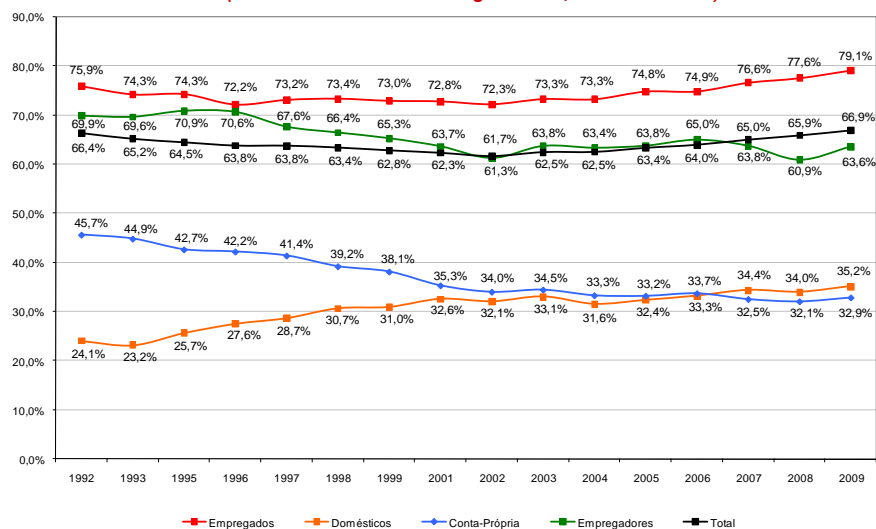


6



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Evolução da **Proteção Social** dos Ocupados entre 16 e 59 anos, por Posição na Ocupação - 1992 a 2009 - (Exclusiva Área Rural da Região Norte, salvo Tocantins)



Fonte: PNAD/IBGE (Vários anos) - Elaboração: SPS/MPS.
Obs.: Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente do critério de renda. Na estimativa da cobertura total foram considerados também militares e estatutários.
* Inclusive Militares e Estatutários.

7



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Proteção Social segundo Posição na Ocupação - 2009 (Inclusive Área Rural da Região Norte)

Proporção de Trabalhadores Ocupados (A) e Desprotegidos com Capacidade Contributiva (B) - 2009 -

Posição na Ocupação	Total Ocupados (A) - Em %	Total Desprotegidos (B) - Em %	(B)/(A)	Quantidade de Desprotegidos
Empregado com Carteira	50,01%	-	-	-
Militar	0,42%	-	-	-
Estatutário	9,52%	-	-	-
Empregados sem Carteira	13,66%	39,25%	2,9	5.547.495
Trabalhador Doméstico com Carteira	3,05%	-	-	-
Trabalhador Doméstico sem Carteira	2,42%	9,02%	3,7	1.274.620
Conta-própria	15,56%	43,28%	2,8	6.117.072
Empregador	5,35%	8,45%	1,6	1.194.380
Empregados sem Declaração de Carteira	-	-	-	-
Não Remunerado	0,01%	0,01%	0,9	1.130
Total	100,00%	100,00%	-	14.134.697

Fonte: PNAD/IBGE - 2009.
Elaboração: SPS/MPS.
* Pessoas com idade entre 16 e 59 anos com rendimento mensal igual ou superior ao valor do Salário Mínimo vigente em Set/09.

8

Proteção Social segundo Ramos de Atividade - 2009
(Inclusive Área Rural da Região Norte)

Proporção de Trabalhadores Ocupados (A) e Desprotegidos com Capacidade Contributiva (B) - 2009 -

Ramo de Atividade	Total Ocupados (A) - Em %	Total Desprotegidos (B) - Em %	(B)/(A)	Quantidade de Desprotegidos
Agrícola	6,48%	5,39%	0,8	761.824
Indústria	1,12%	0,32%	0,3	45.038
Indústria de Transformação	16,39%	11,98%	0,7	1.694.007
Construção	8,13%	18,69%	2,3	2.641.259
Comércio e Reparação	19,40%	23,03%	1,2	3.255.786
Alojamento e Alimentação	3,86%	5,50%	1,4	777.968
Transporte, Armazenagem e Comunicação	5,94%	6,26%	1,1	884.702
Administração Pública	6,95%	0,73%	0,1	103.282
Educação, Saúde e Serviços Sociais	12,12%	3,69%	0,3	520.977
Serviços Domésticos	5,48%	9,02%	1,6	1.274.620
Outros Serviços	4,14%	7,57%	1,8	1.069.497
Outras Atividades	9,92%	7,60%	0,8	1.074.074
Ignorado	0,07%	0,22%	3,0	31.663
Total	100,00%	100,00%	-	14.134.697

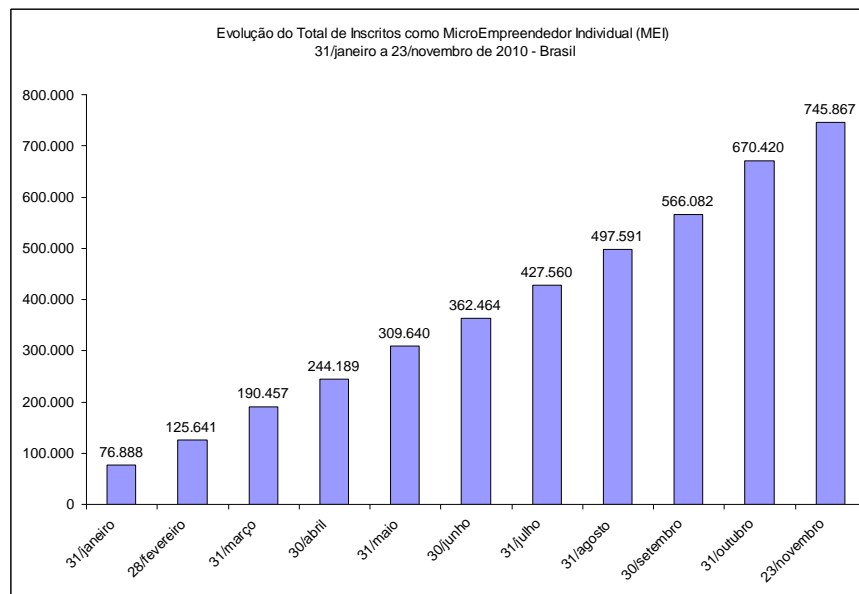
Fonte: PNAD/IBGE - 2009.
Elaboração: SPS/MPIS.
* Pessoas com idade entre 16 e 59 anos com rendimento mensal igual ou superior ao valor do Salário Mínimo vigente em Set/09.

9

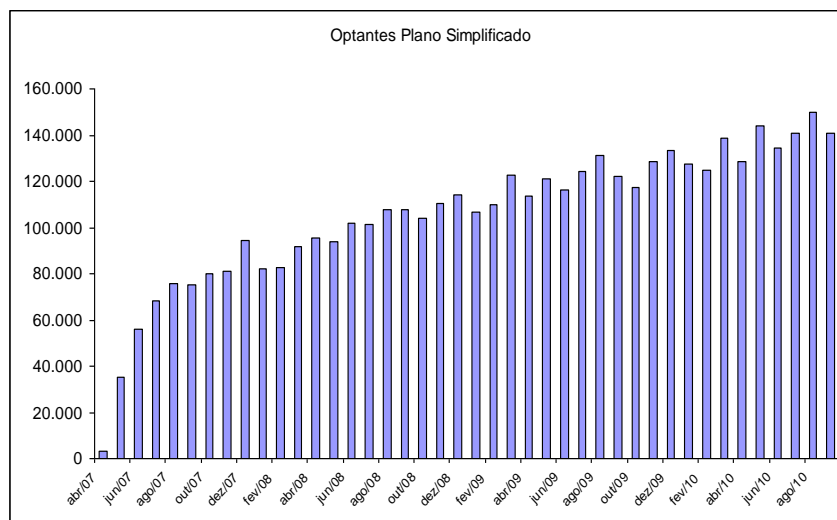
MEDIDAS DE AMPLIAÇÃO DA INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA /
AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

- Trabalhadores Domésticos: Lei nº 11.324;
- Trabalhadores por Conta Própria: Plano Simplificado e o MicroEmpreendedor Individual (MEI) que foi instituído pela Lei Complementar nº 128/2008;
- Lei 11.718: atualização conceitual do segurado especial.

10



11



12

MEI

- Cuidados;
- Desafios: continuar avançando na simplificação.

13

- Estimativa de 2 milhões “Vendedores de Porta em Porta”**Decreto 3.048/99 Regulamento da Previdência Social****Seção III
Das Obrigações Acessórias**

Art. 225. A empresa é também obrigada a:

VII - informar, anualmente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma por ela estabelecida, o nome, o número de inscrição na previdência social e o endereço completo dos segurados de que trata o inciso III do 15 do art. 9º, por ela utilizados no período, a qualquer título, para distribuição ou comercialização de seus produtos, sejam eles de fabricação própria ou de terceiros, sempre que se tratar de empresa que realize vendas diretas. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\).](#)

14

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Plano Nacional de Qualificação - PNQ

Promoção da qualificação social e profissional, bem como a certificação dos saberes do trabalhador brasileiro, com prioridade para os públicos em vulnerabilidade social e econômica.



Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Aspectos da Qualificação Social e Profissional e Intermediação de mão-de-obra como Política Pública

- **Capacitação profissional em estreita relação com o emprego;**
- **Ampliação das possibilidades do trabalhador de se manter em um posto de trabalho digno;**
- **Orientação e capacitação profissional para grupos mais vulneráveis;**
- **Articulação das políticas de orientação e capacitação profissional com as políticas de desenvolvimento social e econômico.**



Plano Nacional de Qualificação - PNQ

■ Recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT:

Lei 7.998/1990 - Cria o **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**, com gestão tripartite e paritária pelo CODEFAT; incorpora o Programa do Seguro-desemprego → ênfase na integração de ações;

É um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;

Tem como principal fonte de recursos as contribuições do PIS/PASEP (1988).



Plano Nacional de Qualificação - PNQ

■ Balizado por Resoluções do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT (Resoluções 575/08, 577/08 e 578/08);

■ Articulado à intermediação de mão-de-obra e demais políticas públicas de emprego e renda;

■ Desenvolvido por meio de quatro mecanismos distintos de implementação:

- 1) Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ)
- 2) Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ)
- 3) Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQ)
- 4) Certificação Profissional



Linhas de ação do Plano Nacional de Qualificação

- 1) **Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ):** trabalhadores são qualificados para setores econômicos específicos, de acordo com a demanda do setor produtivo. Esse plano deve ser estruturado com base na concertação social, que envolve agentes governamentais e da sociedade civil, dando particular atenção ao diálogo tripartite.
- 2) **Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ):** qualificação de trabalhadores em base local (estados e municípios com mais de 200 mil habitantes).
- 3) **Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQ):** contemplam metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional.
- 4) **Certificação Profissional:** reconhecimento formal dos saberes e práticas do/a trabalhador/a, desenvolvidos na experiência de vida, de trabalho, na escola ou em programas de qualificação social e profissional.



Plano Nacional de Qualificação - PNQ

- Cursos com carga horária média de 200 horas;
- Valor máximo de hora/aula/aluno de R\$4,36;
- Gestão tripartite – Trabalhadores, Governo e Empregadores.

DESAFIO:

Articular a Qualificação Profissional com a educação de jovens e adultos e a inserção imediata no trabalho.



Números do Plano Nacional de Qualificação

- Volume de recursos aplicados em Qualificação de 2003 a 2009 no PNQ (PLANSEQ/ PLANTEQ/PROESQ) → **597,76 milhões.**
- O número de trabalhadores qualificados de 2003 a 2009 → **1.138.139** trabalhadores (as).
- O número de convênios firmados de 2003 a 2009 → **652**, sendo 367 no âmbito do PlanTeQ, 223 em PlanSeQs e 62 em ProEsQs.



SINDUSCON/PR





Incentivo à formalidade no mercado de trabalho da construção no Paraná



Números da informalidade no setor da construção civil

Paraná (IBGE, 2008)

- Total de 412 mil pessoas ocupadas na construção;
- 200 mil eram empregadores, autônomos e envolvidos na auto-construção;
- 212 mil estavam empregados;
- Apenas 51% das 212 mil empregados trabalhavam com carteira assinada.



Evolução da informalidade PNAD-IBGE

Entre 2001 e 2008, o percentual de trabalhadores informais diminuiu de 55% para 48% no Paraná;

O ritmo de crescimento da informalidade passou de 45% para 36% em Curitiba.





Através do comparativo entre o total de trabalhadores ocupados na Indústria da Construção (PNAD-IBGE) com os trabalhadores formais (RAIS-MTE) nota-se que o percentual de informalidade gira em torno de 70% à 80%.

	BRASIL			PARANÁ			CURITIBA		
ANO	PNAD	RAIS	%	PNAD	RAIS	%	PNAD	RAIS	%
2001	4.921.926	1.132.955	23	310.017	63.377	20	104.556	23.309	22
2002	5.558.379	1.106.350	20	377.379	60.408	16	126.425	22.010	17
2003	5.157.554	1.048.251	20	342.875	55.012	16	110.365	16.252	15
2004	5.354.375	1.118.570	21	322.655	55.481	17	112.861	17.709	16
2005	5.635.753	1.245.395	22	341.825	56.391	16	112.918	17.877	16
2006	5.837.000	1.438.713	25	339.000	68.215	20	119.000	22.935	19
2007	6.053.000	1.674.483	28	387.000	79.562	21	131.000	25.979	20
2008	6.905.000	-	-	412.000	-	-	137.000	-	-



A informalidade não está apenas na contratação de trabalhadores sem registro, e sim em todas as vertentes existentes na atividade empresarial, tais como: compra de materiais sem nota fiscal, sonegação tributária e obras sem alvará, por exemplo.

Foco principal do Comitê:

Descumprimento da legislação trabalhista e de segurança do trabalho.



Burocracia

Abertura de uma empresa no Brasil:

Inúmeros obstáculos acabam por estimular a informalidade, mostrando-se muitas vezes impossível para pequenas empresas.

Após a abertura, a burocracia e os custos, é necessário um aparato administrativo e financeiro apenas para o cumprimento de todos os itens.



Falta de fiscalização

Os órgãos fiscalizadores do cumprimento da legislação trabalhista, de segurança no trabalho, previdenciária e tributária não exercem sua atividade de forma eficaz.

A falta do número suficiente de fiscais e os procedimentos legais existentes estimulam a informalidade e penalizam empresas devidamente constituídas.



Convênio de Cooperação

Em razão de todos estes fatores, o Sinduscon-PR, em conjunto com entidades públicas e privadas, resolveram em outubro de 2001, assinar convênio de cooperação para combater a informalidade no mercado de trabalho da construção civil.

Objetivo: estimular o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, contribuindo para a melhora da qualidade do emprego e das condições de segurança do trabalhador, aumentando, com isto, a produtividade e qualidade no setor da construção civil paranaense.



Entidades Participantes

Sinduscon-PR	CNTI
Sinduscon-Norte/PR	Feapar
Sinduscon-Noroeste/PR	FIABCI
Sinduscon-Oeste/PR	Sineltepar
Secovi-PR	Fundacentro
Crea-PR	Asbea-PR
Ademi-PR	FIEP
MPT (PRT 9ª Região)	SETP
Apeop-PR	Fetraconspar
SRTE-PR	IEP



Objetivo da parceria inédita

Estabelecer atribuições e procedimentos a serem adotados pelas entidades envolvidas, na promoção de ações de incentivo à formalidade e ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

Através do Convênio, as entidades parceiras prestam um importante serviço a toda a sociedade. Mais que isso, contribuem para resgatar os direitos dos trabalhadores à proteção social e à cidadania.



Após a assinatura do convênio foi criado um comitê diretor, que se reúne mensalmente com o objetivo de estabelecer as ações de incentivo à formalidade, tais como:

- Visita ao canteiro de obras, com elaboração de *check list* de segurança no trabalho e exigência do registro de trabalhadores;
- Realização de seminários com intuito de orientar empresas, empreiteiros e proprietários de obras, sobre normas de segurança do trabalho e legislação trabalhista;
- Elaboração de cartilha orientativa para distribuição.



Visitas aos canteiros de obras

Desde o início de 2002, são realizadas visitas aos canteiros de obras no Paraná. No canteiro de obras, o Sinduscon-PR, Fetraconspar e CREA-PR fazem o levantamento das condições básicas de segurança e cumprimento da legislação.

O Comitê Diretor não aplica multas nem adota medidas punitivas, apenas solicita a comprovação do registro de trabalhadores e cumprimento das normas de segurança. Caso não seja apresentada a documentação, a obra é encaminhada aos órgãos oficiais de fiscalização (SRTE).

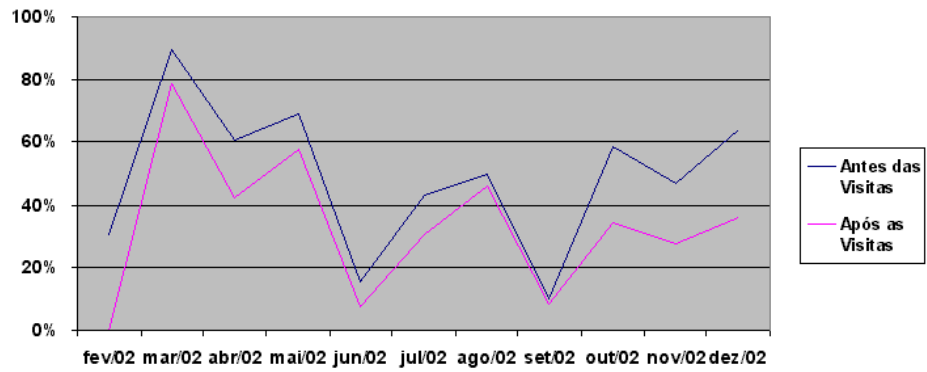


Ações no período de Jan/2002 a Dez/2009 - Curitiba e Região

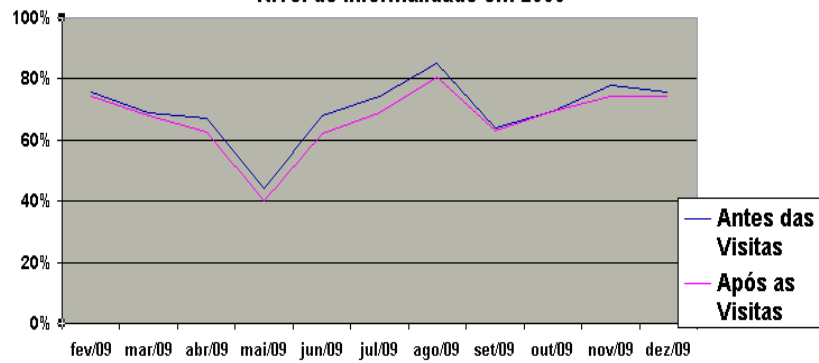
Canteiro de obras visitadas.....	2.641
Total de trabalhadores nos canteiros.....	22.019
Trabalhadores c/ registro antes da visita.....	8.104
Trabalhadores registrados após visita.....	1.629
Total de trabalhadores registrados.....	9.733
Índice de formalidade antes das visitas.....	36.80%
Índice de formalidade após as visitas.....	44.20%



Nível de Informalidade 2002



Nível de informalidade em 2009





Resultados preliminares das ações visitadas

- Confirmam os indicadores sobre a informalidade;
- Percebe-se que a informalidade ocorre principalmente nas obras particulares;
- Os empreendedores informais geralmente não constituem empresas construtoras, mas constroem;



Resultados preliminares das ações visitadas

- Contratam equipes de trabalho, mas não cumprem a legislação trabalhista;
- Não recolhem impostos municipais, estaduais ou federais, mas vendem seus imóveis por preços atraentes e acabam por prejudicar trabalhadores, consumidores finais, bem como as empresas que atuam na formalidade.





As consequências da atividade informal

- Precarização de empregos;
- Autuação da RFB e SRTE em razão de descumprimento da legislação e sonegação fiscal;
- Passivo trabalhista;
- Má qualidade do produto final, comprometendo o consumidor final;
- Diminuição da contribuição para o INSS e arrecadação de tributos em geral;
- Aumento da concorrência desleal.



Conclusão

Ao final, conclui-se que infelizmente a informalidade é uma realidade que deve ser combatida por toda a sociedade.

Enquanto aguarda-se do governo mudanças na legislação trabalhista, novas regras tributárias e menos burocracia, toda a sociedade deve contribuir para a redução da informalidade no País.

Ministério da Educação – MEC

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada REDE CERTIFIC

Sônia da Costa – Coordenadora Geral de Certificação e Legislação
SETEC /MEC



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O que é:

A **Rede CERTIFIC** constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC.



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Base Legal:

- Artigo 41 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei No 9394/96)
“O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.
- Parágrafo 2º, Artigo 2º da Lei No 11.892/08
“No âmbito de sua atuação os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.”
- o Parecer CNE/CEB 16/99 do Conselho Nacional de Educação
- Parecer CNE/CB Nº 40/2004



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.082, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009

Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

CARLOS ROBERTO LUIPI
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Estrutura de Governança da Rede CERTIFIC:

No Âmbito Nacional - Comitê Gestor Nacional

Secretaria Executiva - Comites Técnicos – Ouvidoria

No Âmbito Institucional - Comitê Gestor Local (Membros Natos)

- **Centros CERTIFIC:** No caso dos Institutos Federais – Cada Campus poderá constituir-se como um Centro Certific. O Instituto Federal Constituirá um Comitê Gestor Local – envolvendo o Responsável por cada Centro CERTIFIC constituído (Diretor do Campus) e representantes da comunidade local.
- **Núcleos Integradores de Estudos e Pesquisa CERTIFIC:** Estrutura interdisciplinar de apoio a execução dos Programas Interinstitucionais de Certificação profissional e Formação Inicial e Continuada articulando a Pesquisa, o Ensino e a Extensão

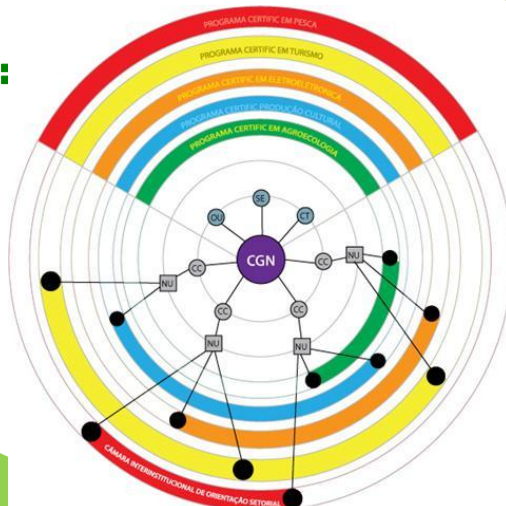
No Âmbito Interinstitucional- Câmaras Interinstitucionais de Orientação Setorial



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Estrutura de Governança:



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O QUE JÁ ESTÁ INSTITUÍDO:

Comitê Gestor Nacional

Titular e suplente do Ministério da Educação
Titular e suplente do Ministério do Trabalho e Emprego
Titular e suplente da SETEC
Titular e suplente dos Membros Natos – CONIF
Titular e Suplente dos Membros Associados – CUT e SINASEF

Cinco (5) Comitês Técnicos

Pesca, Música, Construção Civil, Eletroeletrônica e Turismo

Secretaria Executiva



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ONDE JÁ ESTÁ INSTITUÍDO: 39 Centros CERTIFIC (19 IFs)

Região Norte

Amazonas (IFAM) - Pará (IFPA) - Roraima (IFRR)

Região Nordeste

Bahia (IFBA e IFBaiano), Ceará (IFCE), Paraíba (IFPA), Piauí (IFPI)

Região Centro-Oeste

Distrito Federal (IFB) - Goiás (IFGO) - Mato Grosso (IFMT)

Região Sudeste

Espírito Santo (IFES) - Rio de Janeiro (IFRJ e IFF) - São Paulo (IFSP)

Região Sul

Rio Grande do Sul (IFRS e IFFA) Santa Catarina (IFSC e IFC)



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Objetivos da Rede CERTIFIC:

- I - Criar, implementar, regular, avaliar e ofertar GRATUITAMENTE Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, jovens e adultos e portadores de necessidades específicas para fins de prosseguimentos de estudos e exercício profissional;

Certificação Profissional:

Reconhecimento formal de saberes requeridos para o exercício de atividades laborais obtidos a partir de experiência de vida e trabalho ou pela frequência em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não.

A Formação Inicial caracteriza-se como sendo a que, do ponto de vista acadêmico, credencia o indivíduo a atuar em determinada área do conhecimento e é adquirida com a conclusão do curso de nível básico, técnico, tecnológico, licenciatura ou bacharelado. Já a outra etapa de formação, denominada Formação Continuada, envolve todas as aprendizagens decorrentes da atualização permanente, das experiências profissionais vivenciadas associadas ou não aos cursos de atualização que ampliam a formação inicial.



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Objetivos da Rede CERTIFIC:

- II - promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto conjunto harmônico de dimensões interdependentes e inovadoras com vista à constituição de uma rede comprometida com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental;
- III - integrar a qualificação para o trabalho e a escolarização, por meio de estratégias que visem à inclusão e equidade social na concepção e construção dos Programas CERTIFIC;
- IV- promover a cooperação como expressão da efetiva interação entre instituições, objetivando viabilizar a implementação e sustentabilidade da Rede CERTIFIC;



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Princípios:

Gestão Cooperada - é vista como um conjunto de ações administrativas, Intermediárias e complementares que visam a resultados comuns às instituições pertencentes a Rede CertiFIC, buscando atender aos princípios da gestão cooperada e do desenvolvimento em rede.

Gratuidade - a oferta gratuita dos programas de Certificação e Formação Profissional é condição imprescindível para a integração à Rede CertiFIC;

Verticalização – o trabalhador poderá desenvolver um itinerário formativo que envolva todos os níveis da Educação Profissional e Tecnológica;

Integração - por assumir o compromisso com a superação da sobreposição entre os conteúdos próprios da formação geral e os específicos da formação profissional por meio de nexos que denotem um modo próprio de concepção e construção dos projetos de formação e certificação.



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

Itinerário formativo da Rede CERTIFIC (1ª FASE)

- A) Alfabetização de trabalhadores - BRASIL ALFABETIZADO**
- B) Educação Profissional articulada à Elevação da escolaridade**

I - Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

II – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Fundamental – Formação Profissional Básica de 160 horas.

III – Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Médio – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

IV – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Médio – Formação Profissional Básica de 160 horas;



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Itinerário formativo da Rede CERTIFIC (2ª FASE)

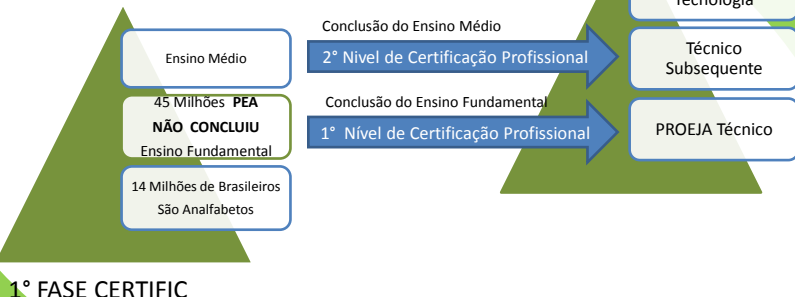
- V - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Proeja (1200 horas de formação geral + carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos);
- VI - Curso Técnico Subseqüente – carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos;
- VII - Curso Superior de Tecnologia – carga horária conforme o catálogo de cursos superiores de tecnologia;
- VIII - Curso de Formação Continuada/aperfeiçoamento (pós-graduação) para profissionais – carga horária livre.



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Qualificação Profissional Articulada à Educação Básica

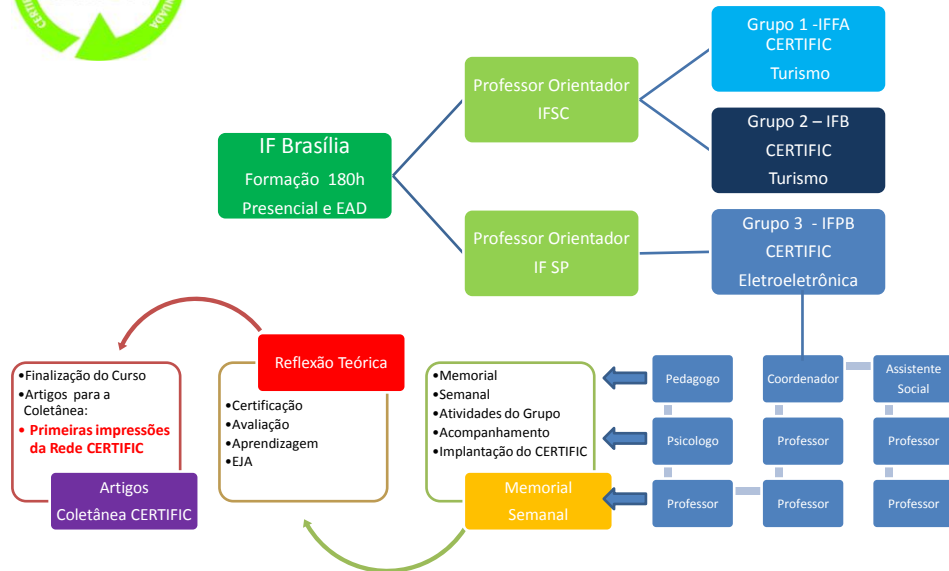


Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada



Curso de Formação de Avaliadores

Aperfeiçoamento - pós-graduação - 60 Grupos de Pesquisa



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PROGRAMAS CERTIFIC EM DESENVOLVIMENTO/ IMPLANTAÇÃO

Programa Interinstitucional CERTIFIC em Turismo e Hospitalidade

Programa Interinstitucional CERTIFIC em Construção Civil

Programa Interinstitucional CERTIFIC em Eletroeletrônica

Programa Interinstitucional CERTIFIC em Pesca e Aquicultura – 1.703 INSCRITOS

Programa Interinstitucional CERTIFIC em Música



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

<p>MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</p> <p>NUMEROS E INSTITUTOS FEDERAIS QUE ADERIRAM AO CERTIFIC PESCA E AQUICULTURA</p>					
UF IF CAMPUS	Redeiro	Proc Pescado	Pescador Artesanal	Criação Peixes	Total/Perfil
RJ Instituto Federal do Rio de Janeiro Arraial do Cabo		22			22
ES Instituto Federal de Espírito Santo Alegre		1		24	25
SC Instituto Federal Catarinense Araquari			30		30
RS Instituto Federal Farroupilha São Borja			45		45
PB Instituto Federal da Paraíba Cabedelo		47			47
RJ Instituto Federal Fluminense Campos dos Goytacazes - Centro		50			50
AM Instituto Federal do Amazonas Manaus Zona Leste		69			69
RS Instituto Federal Farroupilha Alegrete			80		80
PA Instituto Federal do Pará Castanhal				83	83
AM Instituto Federal do Amazonas Parintins			145		145
PB Instituto Federal da Paraíba Sousa				150	150
ES Instituto Federal de Espírito Santo Píuma	11	153			164
CE Instituto Federal do Ceará Acarai	16	185			201
MT Instituto Federal do Mato Grosso Cáceres			275		275
BA Instituto Federal da Bahia Salvador		317			317
Total pre inscrições/perfil	27	844	575	257	1703
Participação/perfil	1,6%	49,6%	33,8%	15,1%	
Das 4828 pré inscrições, 35,3% são na área de pesca e aquicultura					



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

<p>MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</p> <p>PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PESCA E AQUICULTURA</p>	
<p>Proponentes</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES</p>	<p>Membros Associados</p>
<p>COMITE TECNICO Interinstitucional - CTPA</p> <p>IFC - Rodrigo Otavio de Macedo Gomes - romgomes@terra.com.br IFPA - Marcelo Ferreira Torres - marceloferreiratruces@hotmail.com IFCE - João Vicente Mendes Santana - joaovicentesantana@gmail.com IFES - Cesar Ademar Hermes - cahermes@ifes.edu.br IFPA - Suelzide da Conceição Amaral Ribeiro - suziar@yahoo.com.br</p>	
<p>Dados referentes ao Lançamento do Perfil Profissional</p> <p>Data de análise da Câmara Setorial: Período da Consulta Pública Data de Aprovação do programa /perfil pelo comitê Gestor: Data de publicação do Programa</p>	<p>Dados referentes à Atualização do Perfil Profissional</p> <p>Proponentes: Data de análise da Câmara Setorial: Data de Aprovação das atualizações pelo comitê Gestor: Data de publicação das Atualizações do Programa</p>



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Eixo Tecnológico	Sector Profissional	Profissão/Ocupação
Recursos Naturais	Tecnologia do Pescado	Trabalhador de Preparação de Pescados - Recepção
Ocupações Convergentes	Ocupações componentes	Nível de Certificação
		Fundamental

Requisitos prévios:
O profissional deverá ter experiência como Trabalhador de Preparação de Pescado para inscrever-se no processo de reconhecimento de saberes, independente de sua escolaridade. Profissionais em fase de alfabetização ou com o ensino fundamental incompleto receberão a formação necessária a sua elevação de escolaridade no âmbito do de atuação dos Institutos Federais.

Todos os profissionais independente de sua escolaridade terão o direito de participar de todas as etapas de reconhecimento de saberes, recebendo no final do processo avaliativo o memorial descritivo relativo a seu desempenho profissional. A partir desse memorial os profissionais que já concluíram o ensino fundamental serão encaminhados para cursos de complementação da formação profissional ou serão encaminhados imediatamente para o ato de Certificação Profissional e os demais trabalhadores serão encaminhados para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA- FIC.

Campo de Atuação	Trabalha em empresas públicas e privadas de prospecção e beneficiamento do pescado ou como autônomo na produção de produtos e subprodutos da cadeia produtiva do pescado.
Descrição do Perfil	Aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros, inclusive subprodutos, desde minimamente processado até industrializado
Infra-estrutura necessária para realizar as atividades de reconhecimento de Saberes	Unidade didática de processamento do pescado contendo: recepção; área suja; área limpa; área de embalagem; estocagem e expedição; banheiros e vestiários. Dentre de padrões de inspeção de produtos de origem animal. Com atenção ao tratamento de efluentes. Laboratório de agregação de valor
Equipamentos necessários	Mesas em inox para limpeza e preparo; equipamento para armazenagem e congelamento de pescado; máquina de gelo; balança; embalagem; equipamento para limpeza e higienização dos equipamentos e do ambiente de trabalho; equipamentos para transformação do pescado (moedor de carne, serra fita, embutidor de lingüiça, defumador ou outro equipamento que atenda as necessidades dos arranjos produtivos locais), livros e materiais didáticos.



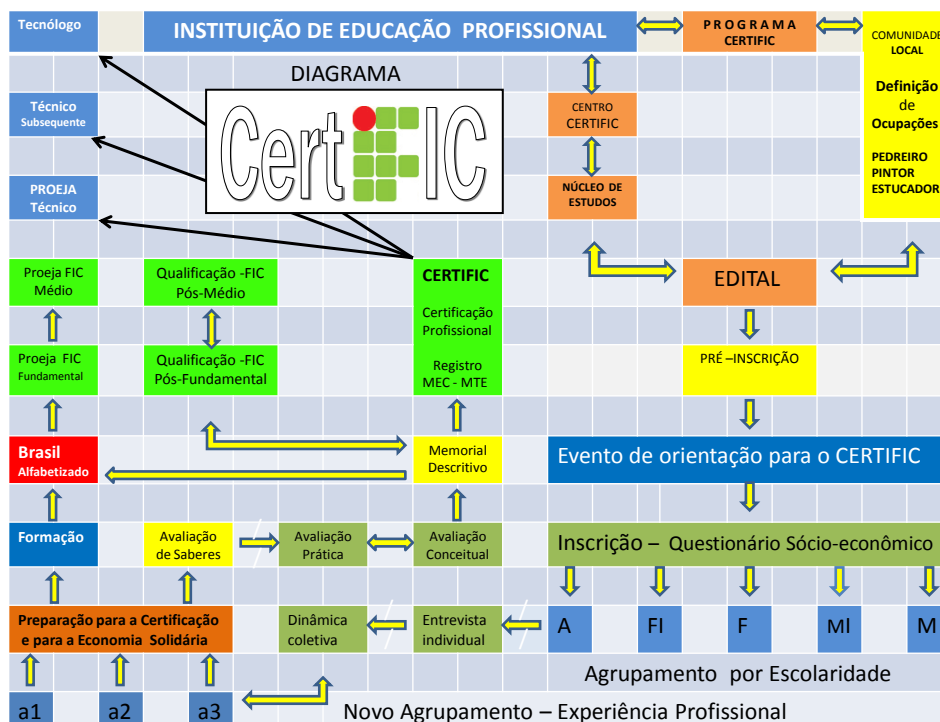
Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL - Trabalhador de Preparação do Pescado

ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS	CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO	Conhecimentos Básicos do Ensino Fundamental/ Médio Relacionados à Profissão /Ocupação
1. Ter conhecimento de Boas Práticas de Fabricação-BPF	1.1 Práticas de Comportamento(uso de adornos, perfumes, materiais não permitidos como aparelhos celulares, fones de ouvido etc, dinheiro etc.)e hábitos de higiene pessoal,além de noções de microbiologia de alimentos.	Ensino Fundamental: Ciências: Microrganismos no contexto do ensino de ciências Higiene do Corpo (Aparência e cuidados com a higiene) Cabelos – Rosto – Olhos – Ouvidos – Nariz – Boca
	1.2 Conhecimentos básicos de PPHO-Procedimentos Padrões de Higiene Operacional(equipamentos, utensílios, piso, parede e tetos, veículos transportadores, água industrial, gelo etc.)	Ensino Fundamental: Ciências: Os conceitos de saúde e de doença: ensino e aprendizagem.
	1.3 Conhecimentos do programa 5S	Ensino Fundamental: Geografia/Ciências: Estudo de campo: O homem na Natureza. Relação das atividades com a saúde, importância de ambientes saudáveis. Meio Ambiente e Sociedade.
	1.4 Controle de temperatura da água e do produto, controle de cloração da água	Ensino Fundamental: Ciências: Calor e temperatura
2. Avaliar o frescor do pescado através da análise sensorial	2.1 Características sensoriais de pescado fresco, oriundos de cultivo ou pesca extrativa, próprio para consumo	Ensino Fundamental: Ciências: Tipos e Anatomia de pescados
3. Identificar os produtos oriundos da pesca e do cultivo	3.1 Saber identificar as diferentes espécies de peixes, crustáceos e moluscos	Ensino Fundamental: Ciências: Vertebrados e Invertebrados Ciências/Geografia: Ecossistemas continentais e costeiros. Matemática: Teoria dos conjuntos

Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE

CERTIFICADO

Certificamos que **JOANA ALVES DA SILVA CPF 534.966.798 - 21** participou do **Programa Interinstitucional de Certificação Profissional em Pesca e Aquicultura** onde realizou atividades de Reconhecimento de Saberes e concluiu o Curso de Formação Inicial e Continuada integrado a Educação Básica, **Nível Fundamental** no setor profissional de **Pesca** sendo certificada como **TRABALHADORA DE PREPARAÇÃO DO PESCADO**, estando apta a receber o Certificado Profissional, com validade nacional.

Profissional Certificado Nº 2.335

Florianópolis, 27 de novembro de 2009

Reitora da IFC

Coord. do Centro Certific IFSC

Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CONTAG



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

REGRA TRANSITÓRIA DE ACESSO À APOSENTADORIA POR IDADE

- O empregado rural e o contribuinte individual que presta serviço de natureza rural, podem requerer a aposentadoria por idade mediante comprovação da atividade rural até o dia 31 de dezembro de 2010.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

- Novas regras para o empregado rural:

- . A partir de janeiro de 2011 até dezembro de 2015, cada mês comprovado de emprego será multiplicado por 3 (três) para efeito de carência, limitado a 12 (doze) meses, dentro do respectivo ano civil; e

.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

- Novas regras para o empregado rural:

- . A partir de janeiro de 2016 até dezembro de 2020, cada mês comprovado de emprego será multiplicado por 2 (dois) para efeito de carência, limitado a 12 (doze) meses dentro do respectivo ano civil.
- . A partir de janeiro de 2021, aplica-se a regra comum.



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

**CONTRATO DE TRABALHO RURAL
POR PEQUENO PRAZO**

LEI N.º 11.718 DE 23/06/2008



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

LEI N.º 11.718/2008

- O contrato de trabalho por pequeno prazo se presta para o exercício de atividades de natureza temporária na área rural.
- Determina que apenas o produtor rural pessoa física pode utilizar essa modalidade de contrato.



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

LEI N.º 11.718/2008

- Está limitado a relações de trabalho com duração de, no máximo, 60 dias dentro do período de um ano.
- O contrato é efetivamente formalizado com o lançamento, pelo produtor rural, do nome do trabalhador na GFIP com a sua respectiva contribuição previdenciária. Esse lançamento é que dispensa o produtor rural de fazer o registro do contrato na CTPS do trabalhador e em livro ou ficha de empregado.



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

LEI N.º 11.718/2008

- Para fins de fiscalização, o produtor rural sempre que contratar nessa modalidade deverá firmar um contrato escrito com o trabalhador, identificando além de seus dados pessoais o endereço da propriedade, matrícula no CEI, e nome do trabalhador com o seu NIT.



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

LEI N.º 11.718/2008

- Se o produtor rural não lançar o nome do trabalhador na GFIP e contratar o mesmo trabalhador por período superior a dois meses no ano, o contrato de trabalho passa a vigor pelas regras do contrato por prazo indeterminado.



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

LEI N.º 11.718/2008

- . Estabelece uma contribuição fixa do assalariado/a rural para a previdência no percentual de oito por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- . Assegura ao assalariado/a rural, além do FGTS, todos os demais direitos trabalhistas que passam a ser calculados proporcionalmente aos dias trabalhados.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

LEI N.º 11.718/2008

- Ao final da relação de trabalho, o produtor rural deverá entregar ao assalariado/a um recibo discriminando a remuneração paga e as demais verbas trabalhistas.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

REGRAS PARA PREENCHIMENTO DA GFIP / SEFIP (IN RFB nº 880, de 16/10/2008 – Art. 5º)

- Preencher as seguintes informações no SEFIP versão 8.4:

- I - no campo "CATEGORIA": "01-Empregado";
 - II - no campo "CBO": "06210"; e
 - III - no campo "OCORRÊNCIA":
 - a) quando a remuneração mensal do trabalhador ultrapassar a 1ª (primeira) faixa da tabela de contribuição dos segurados empregados, aprovada pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 77, de 11 de março de 2008, deverá ser informado o código de ocorrência "05";
 - b) se houver exposição do trabalhador a agentes nocivos, informar os códigos de ocorrência "06", "07" ou "08", de acordo com o tipo de exposição.
- § único - a contribuição de 8% descontada do empregado deverá ser informada no campo "VALOR DESCONTADO DO SEGURADO".



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

QUESTÕES FUNDAMENTAIS NA APLICAÇÃO DO CONTRATO

Mudança cultural

**Campanhas de sensibilização e orientação para os
assalariados e agricultores contratantes**

Desenvolver novos métodos de fiscalização

Aprimorar sistemas para facilitar a formalização



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG**

- **Modelo de contrato**
- **Modelo de recibo**

ANEXO 2 – LISTA DE PRESENÇA



PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DOS PILOTOS

Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro, Brasília-DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 24/11/2010
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	ROSANE DE ALMEIDA MAIA	DIEESE	(61) 3345-8855	rosanemaia@dieese.org.br	
2	TUNION COSEN DIAS	DIEESE	(61) 2102-2288	TUNION@DIEESE.org.br	
3	ANDRÉ LUIZ FIALHO BUDS	SEBRAE/RS	(51) 9972-8784	andreb@sebrae-rs.com.br	
4	VALDIR SANTOS DE LIMA	FORÇA SINDICAL	(51) 32545539	juripico@sindic.org.br	
5	VERA TAYOBA	MTE - SRTE/PE	(81) 32412520	vera.tayoba@mtpe.gov.br	
6	Sônia Eugênia Leão				
7	LEONARDO SCHREINER	FECONCENIO	51 9983 8131	leonardo@schreiner.com.br	
8	Daniela Baura Sardi	DIEESE	51 82043100	daniela@dieese.org.br	
9	EUCLESIO MANOEL FINATTI	SINDUSON-PR	41 99725342	euclesio@braunsel.com.br	
10	Luana da Silva Duarte	SaudcosturaFE	81 32315279		
11	Luana da Silva G. Santos	ACIPA	96798205	luana-tas@hotmail.com	
12	Demando Moreira Fruto	AB. OREBITA	41 3221-9900	moreira@aborebita.com.br	
13	MARCO DIAS	SMTE-CTBA	41 3221-9985	marco.dias@smte-ctba.org.br	
14	Ricardo Frazzoi	DIEESE-RS	51 - 3211 4177	frazzoi@dieese.org.br	
15	Jose Alexandre dos Santos	CUT/PR	41-99673511	trabalho@cutpr.org.br	
16	Jamir Berg	OIT	2106-4639	berg@oitbrasil.org.br	
17	Juliano Amore	ANFIP	3251 8100	juliano@anfip.org.br	
18	Flaviano de Oliveira	ANFIP	61-91177963	flaviano@anfip.org.br	
19	Ismael G. Lira	BID	61-33174221	ismael@bid.org.br	
20	Adelaide A.S.P. Souza	INSS	32-32246964	adelaide.inss.gov.br	
21	MANOEL EDUENIO B. OLIVEIRA	MTE/SPPE	6733772420	MANOEL.EDUENIO@MTE.gov.br	
22	BRENDA CARVALHO	SIMIC/PCA	51-32894710	brenda@simic-pca.com.br	
23	MARIA GLENNIA OLIVEIRA	CITE-RS	92685158	maria@unifra.com.br	
24	ROSSANA M. SALSANO	CNI	92374559	rossana@cni.org.br	
25	RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH	CNI	33178853	rkieck@cni.org.br	
26	Jose Lapenda de Amorim	FT/Flaculac	96262588	jozemandua@flaculac.com.br	
27	George Antonio Gomes Leal	CNTV/CUT	83-8855-8829	georgeantonio@horizonte.com.br	
28	Lucimar Riquelme	CONTAG	61-82046700	lucimar@contag.org.br	
29	Jose Antonio Amorim	U.P.T	11-55644241	antonio.upt@total.com.br	
30	Monica Tavares de Almeida	UGF	033-55644249	monica@ugf.com.br	
31	VERONICA M. BARBIERI	SDEE	81 91920755	veronica@sdde.org.br	
32	ROBERTO MAGALHÃES COSTA	GM/MPs	61 32025757	ROBERTO.COSTA@gmmp.com.br	
33	CAROLINA VERISSIMO BARBURI	MPs/SPS	61-2021-5176	CAROLINA.BARBURI@providencia.gov.br	
34	MILENA PRADO	DIEESE/PE	81-9948-9915	milena@dieese.org.br	
35	Silvia M. Oliveira	DIEESE/SP	11-93130232	silvia@dieese.org.br	
36	JACKELINE TEIXEIRA NATAL	DIEESE - SP	(81) 92485066	jackeline@dieese.org.br	

37	Francisco José Couceiro de Oliveira	DIEESE	(11) 51294463	francisco@dieese.org.br	Francisco
38	Angélica Goldert Oliveira	Câmara de Vereadores	96096745	angelita.oliveira@hotmail.com	Angélica
39	MARCUS TREMOND	CUT	(11) 21089131	tremond@cut.org.br	Marcus
40	NIELTON MARTINS DA SILVA	PREFEITURA/DIAMANTINA	TE 81-3141-2062	NIELTON.MARTINS@YAHOO.COM.BR	Nielton
41	JOAOZILDO ALTHOR	RETA ESC.	4838468011	JOAOZILDO@GMAIL.COM	Joãozildo
42	Laila Bultr	DIEESE	(061) 32236088	Laila@dieese.org.br	Laila
43	Gilson Paiva	Sec. Desenv. Econ.	(81) 3701.1544	GPAIVALIMA@HOTMAIL.COM	Gilson
44	Fátima Valéria F. de Souza	MDS	61-34331667	valeria.souza@mds.gov.br	Fátima
45	Marlene G. Brito Brito	CUT	(11) 21089131	marlene@cut.org.br	Marlene
46	SEBASTIAO ROSA	STR	4788531183	ROSA.SEBASTIAO@YAHOO.COM.BR	Sebastião
47	Walmor Vondere	Prefeitura	988820500	WalmorVondere@bol.com.br	Walmor
48	René Montalvo	STR	9188034		René
49	Kleber Barbosa da Silva	ACIT-TORITAMA	37444080/91424130	ACITTORITAMA@YAHOO.COM.BR	Kleber
50	Enilson Almeida		4436311669		Enilson
51	Enli Jairo de Araújo	Prefeitura	81586483432	enli.jairo@bol.com.br	Enli
52	Angela Schwengler	DIEESE	(011) 76393030	angela.ms@dieese.org.br	Angela
53	RONALDO SIELETHOW	FECOMERCIO/RB	51-91165540	R.SIELETHOW@FECOMERCIO.COM.BR	Ronaldo
54	Francisco de Paula T. Nogueira	CTB / DF	61-81228940	chaguinhadfe@gmail.com	Francisco
55	JOELTON CARDOSO	CTB - MAC	61-91590112	SINDIAT@GOL.YAHOO.COM.BR	Joelton
56	Fausto August Junior	DIEESE	11-9436.9015	fausto@dieese.org.br	Fausto
57	Dayana P. M. Peixoto	CNA	(61) 2109-434	dayana.peixoto@cna.org.br	Dayana
58	Edson Rios da Silva	MPT	61-99851037	EDSON.BR2@MPTGOV.BR	Edson
59	Rosângela de Almeida	ATB	34027962	ROSANGELA@ATB.COM.BR	Rosângela
60	Vanessa Bultr	DIEESE DF	33011811	vanessa@dieese.org.br	Vanessa
61	Vanessa Bultr	Assoc. - DF	33011811	vanessa@dieese.org.br	Vanessa
62	Vanessa Bultr				Vanessa



PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DOS PILOTOS

Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro, Brasília-DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 25/11/2010	
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	ROSANGELA DE ALMEIDA	DIEESE	3345 8855	ROSANGELA@DIEESE.COM.BR	Rosângela
2	Vanessa Bultr	ACIPA	9639-8205	vanessa.bultr@bol.com.br	Vanessa
3	Vanessa Bultr	Associação	32315279		Vanessa
4	George Antonio Gomes Leão	CNTV/CUT	83-8855-2829	georgeantonio@hotmail.com	George
5	Jose Nogueira de Almeida	Fed. Trab. Textéis NME	81-96262588	joenogueira@bol.com.br	Jose
6	Walmor Vondere	Prefeitura	988820500	WalmorVondere@bol.com.br	Walmor
7	René Montalvo	STR	9188034		René
8	Vanessa Bultr	SIDEC-PE	(81) 91420755		Vanessa
9	Vanessa Bultr	UTE-SITE-PE	81 32412520	vanessa.bultr@ute.gov.br	Vanessa
10	LEONARDO SCHREINER	FECOMERCIO - RJ	51 7989 8131		Leonardo
11	Valéria Santos de Lima	FORÇA SINDICAL	(51) 99923923	ValeriaSantos@netmail.com	Valéria

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
12	Daniela B. Sauti	DIEESE	51 82043100	daniela@dieese.org.br	Daniela Sauti
13	Denise Sauti	DIEESE	51 294434	denise@dieese.org.br	Denise
14	Ricardo Furtado	DIEESE	(51) 9334 1704	FRANZ@DIEESE.ORG.BR	Ricardo
15	Kleber Barbosa	ACIT	81-3741-4020	Kleber.KBS@hclanah.com	Kleber
16	João Carlos Amorim	UGT	11-5564-4249	Amorim.UGT@hclanah.com	João Carlos
17	Marcelo Pereira da Silva	UGT	13-635561-6	MSAguimar@hclanah.com	Marcelo
18	Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical	(11) 799929581	ruthcoelho@forca.org.br	Ruth
19	Carolina Juliana Barboza	SPS/MPs	(61) 2021-5170	CAROLINA.BARBOZA@PRACONTEGOV.PR	Carolina
20	Jackeline Teixeira Faria	DIEESE	(81) 92485066	jackeline@dieese.org.br	Jackeline
21	Sandro P. Silva	ITCA	8152 7644	SANDRO.PEREIRA.ITCA@IG.BR	Sandro
22	Angelita Godard Oliveira	Comora V. (4)	96096745	angelita.oliveira@hclanah.com	Angelita
23	Jonas Lino A. Lito	FETABES	48-32468011	jonas.lino@FETABES.org.br	Jonas
24	Marcelo Eduardo B. Oliveira	MTE/SPPE	(61) 3377-2420	MARCELO.EDUARDO@MTE.GOV.BR	Marcelo
25	Túniou Cesar Dias	DIEESE	(61) 2102 2288	TUNIOU@DIEESE-ORG.BR	Túniou
26	Yusmar Ribeiro Pinto	CONTAG	(61) 8204-6700	Yusmar@contag.org.br	Yusmar
27	Clayton Maciel	FBB	61-3104-3909	Clayton.Maciel@FBB.org.br	Clayton
28	Silvia Napi Lucas Nery	SIND. NAC. AFS	(61) 91988777	SSUNTO.SILVIA@SIND.ORG.BR	Silvia
29	Paulo Jager	DIEESE	21-7675-1026	pyag@dieese.org.br	Paulo
30	Adelaine Aparecida	INSS	32-32575226	adelaine.aparecida@pre.gov.br	Adelaine
31	Lula Buló	DIEESE	(62) 3223 6088	lula@dieese.org.br	Lula
32	Rossana Marques Salsano	CNI	(61) 8817-9335	rsalsano@cni.org.br	Rossana
33	Gabriel Coutinho de Santana	CNI	61 3217-3464	gcsantana@cni.org.br	Gabriel
34	Francisco José Couceiro de Oliveira	DIEESE	(11) 9129 4463	Francisco@dieese.org.br	Francisco
35	Adriano Moreira Filho	AGENCIA CURITIBA	(41) 3221-7946	Adriano@agencia-curitiba.gov.br	Adriano
36	Silvia Maria de Oliveira	DIEESE	(11) 9313-0932	Silvia@dieese.org.br	Silvia
37	André Luiz + HADRI BLIS	SEBRAE/RS	(51) 3442-4704	ANDRE@SEBRAE-RS.COM.BR	André
38	Jose Adauto Filgueira	MPs	61-2021 5709	adauto707@gmail.com	Jose Adauto
39	Jamini Borg	OIT	2106-4639	borg@oitbrasil.org.br	Jamini
40	Milena Prado	DIEESE	(11) 9948-9915	milena@dieese.org.br	Milena
41	Marilene Guterres	CUT	11-2108-9133	marilene@cut.org.br	Marilene
42	Celi Audi	DIEESE	(11) 3874-5362	celi@dieese.org.br	Celi



PROJETO BID/FOMIN – ATN/ME-11684-BR: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”

SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DOS PILOTOS

Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro, Brasília-DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 26/11/2010	
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	Daniela Bares Sauti	DIEESE	51 82043100	daniela@dieese.org.br	Daniela Sauti
2	MILENA PRADO	DIEESE	(11) 9948 9915	milena@dieese.org.br	Milena Prado
3	Jamini Borg	OIT	2106-4639 (61)	borg@oitbrasil.org.br	Jamini Borg
4	Marilene Guterres	DIEESE	33438855	marilene@dieese.org.br	Marilene
5	Lula Buló	DIEESE	(62) 92720539	lula@dieese.org.br	Lula
6	Túniou Cesar Dias	DIEESE	(61) 2102 2288	TUNIOU@DIEESE-ORG.BR	Túniou
7	Jose Adauto Filgueira	MPs	2021 5709	adauto707@gmail.com	Jose Adauto
8	PAULO JAGER	DIEESE	21 2518-4332	pyag@dieese.org.br	Paulo Jager
9	Angela Schwengler	DIEESE	11 7639 3030	angelams@dieese.org.br	Angela
10	Ricardo Furtado	DIEESE	51 8334 1700	FRANZ@DIEESE.ORG.BR	Ricardo
11	JACKELINE TEIXEIRA NATAL	DIEESE	(81) 92485066	jackeline@dieese.org.br	Jackeline

	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
12	Siri E. Melys	Dieese	1130745361	siri@dieese.org.br	Siri E. Melys
13	Lenina Ferragutti	Dieese	41 32252279	lenina@dieese.org.br	Lenina Ferragutti
14	CAROLINA VERÍSSIMO BARBIERI	SPS / MPS	61 2021-5176	carolina.barbieri@pnu.org.br	Carolina Barbieri
15	Silvia Maria de Oliveira	Dieese	(11) 9313-0232	silvia@dieese.org.br	Silvia Maria de Oliveira
16	Fambr Valério Salati	DIEESE	61 8424-5747	fambr@dieese.org.br	Fambr Valério Salati
17	Francisco José Caceres de Oliveira	DIEESE	(11) 91294463	francisco@dieese.org.br	Francisco José Caceres de Oliveira
18	Inês Cristina Sampaio de Pinho	MTE	3317 6515	ines.pinho@mte.gov.br	Inês Cristina Sampaio de Pinho
19	MARCELO AFFONSO MONTEIRO	MTE	3217-2550	marcelo.monteiro@mte.gov.br	Marcelo Affonso Monteiro
20	MARCELO TREMONA	CUT	11-21089131	tremona@cut.org.br	Marcelo Tremona
21	Leila Nat	Dieese	067 9022 0539	leila@dieese.org.br	Leila Nat
22	Lucia Polci	Dieese	051 93341619	lucia@dieese.org.br	Lucia Polci
23	ROSANNE DE A. MAIA	DIEESE	(61) 3345-8855	rosanne@dieese.org.br	Rosanne de A. Maia
24	Celi Audi	DIEESE	(11) 3874-5362	celi@dieese.org.br	Celi Audi
25	RUTH DELHO MONTEIRO	FORÇA SINDICAL	(11) 79929581	ruthmonteiro@vol.com.br	Ruth Delho Monteiro
26	Mariana Antunes	CUT	11-2108 9133	mariana@cut.org.br	Mariana Antunes